

A RELAÇÃO FILOSOFIA E EDUCAÇÃO E A REFLEXIVIDADE DOCENTE NOS PROCESSOS EDUCACIONAIS

Odair Neitzel

Claudecir dos Santos

RESUMO

O presente ensaio, resultado de revisão bibliográfica, é um esforço em pensar a Filosofia da Educação a partir do encontro entre a filosofia e a educação em um campo de fronteiras. É o encontro e o diálogo de duas grandes áreas do saber que, neste encontro, buscam um enriquecimento contínuo. No presente trabalho pretendemos ressaltar como a postura reflexiva, de natureza filosófica, pode contribuir significativamente para com a educação, e potencializar a prática docente. As reflexões emergentes desse estudo, além de apontarem os lugares do encontro da filosofia com a educação, objetivam despertar nos docentes uma autocrítica acerca das complexidades e dificuldades inerentes aos processos pedagógicos.

Palavras chaves: Filosofia. Educação. Docência. Reflexividade

1 INTRODUÇÃO

É fato que a capacidade de aprender não é uma característica exclusivamente humana. Ou seja, tal capacidade extrapola o universo humano e racional. Porém, o que distingue e enobrece o ser humano é a sua capacidade de se educar e educar os outros em uma dimensão que transcende a mera existência laboral ou material e, assim, produzir coisas que são exclusividade humana, como a política, a arte ou a ética. As produções que essa condição humana possibilita, permitem a coexistência de uma pluralidade de pessoas e manifestações livres de todas as espécies.

Assim a vida social e humana, por excelência, se torna possível pela educação das novas gerações, que se inserem cíclica e constantemente como sujeitos e protagonistas daquilo que entendemos como “humanidade”. Nesse contexto, a humanidade é entendida como tudo que diz respeito às pessoas e suas ações e que visam garantir a sua continuidade, sendo que, de outro modo, esta deixaria de ser. Portanto, educar para a humanidade implica em estar de posse de diretrizes e rumos, outros diriam utopias ou ideais, que permitam instruir as novas gerações para que possam se compreender e compreender os outros em seus processos formativos e, assim, dar continuidade e sequência na construção sempre renovada de um mundo desejavelmente melhor, mesmo que não se saiba exatamente o que seja esse “melhor”.

Dentre estas diretrizes poderíamos destacar a pretensão da formação para a *autonomia* e *emancipação* dos sujeitos. Somente à medida que as pessoas são livres e possuem capacidade de escolha e ação, é que existe alguma chance para a construção da humanidade. Mas esta, porém, não é uma tarefa fácil. Isso se evidencia por si só nos conceitos de *autonomia* e *esclarecimento* e suas definições. Estes conceitos por outro lado segundo Boufleuer & Fensterseifer (2010, p. 161) são pressupostos imanentes a toda pretensão de educação.

Com isso estamos afirmando que, em certo sentido, a ação pedagógica consiste em um processo que pretende realizar certos ideais, e de que é preciso ter ciência de que estes *ideais* estão sustentados em pressupostos concebidos através de diversas perspectivas teóricas e por uma riqueza incalculável de elementos e agentes que se fazem presentes na ação pedagógica, como valores, políticas, modelos de racionalidade e razões. Isso exige que diante da pretensão de educar as novas gerações, nos posicionemos de modo crítico e reflexivo, para que assim possamos compreender satisfatoriamente as razões que sustentam esse fazer humano.

Ainda como abertura deste ensaio, podemos levantar o argumento de que a razão é algo que os outros me conferem. E é por este motivo que é preciso reconhecer que o pensamento autônomo não implica em dispensar o pensamento dos outros, como muitas vezes é sugerido. Isso porque, não nos damos conta da participação que os outros têm sobre o nosso pensamento, à medida que somos socializados e inseridos socialmente na cultura. Nosso saber é “tributário da história coletiva e do contexto no qual nos encontramos” ((BOUFLEUER; FENSTERSEIFER, 2010, p. 261). Esse é um indício forte da necessidade do diálogo e de processos dialéticos como pressuposto para uma educação que pretenda ser emancipadora.

O reconhecimento da nossa racionalidade intersubjetiva, do necessário diálogo com os pares que comungam da nossa investigação e os que estão presentes na produção cultural humana, não significa lançar nosso pensamento a uma constituição pragmática, de uma mera e pobre espontaneidade. Poderíamos nos questionar o que isso significa de modo mais incisivo para a educação. O que pensar sobre o lugar e a implicação para a ação pedagógica, do postulado da cultura humana como fundamental para os processos formativos, das relações intersubjetivas para levar à educação uma postura reflexiva?

Com questionamentos como esses que apontam os conceitos de autonomia e emancipação da racionalidade como condutores da ação pedagógica e dos processos dialéticos intersubjetivos, gostaríamos de levantar o questionamento sobre como a Filosofia da Educação pode contribuir na compreensão destes e outros temas que perpassam a ação pedagógica e os processos educacionais. Isso nos leva a uma questão mais profunda, sobre o lugar e a natureza da Filosofia da Educação e

como esta tem buscado se aproximar e auxiliar na compreensão daquilo que entendemos por fenômeno educacional.

Nesse sentido, ao decorrer desse trabalho, nos propomos em pensar como a Filosofia da educação pode contribuir e levar a postura reflexiva para a educação. No mesmo direcionamento reflexivo, buscaremos apresentar e argumentar sobre as possíveis razões pelas quais pensamos ser necessário à educação assumir essa postura reflexiva tocando em alguns temas típicos da educação como a docência.

2 FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

A partir dessas primeiras provocações é necessário por hora adentrar ao tema da Filosofia da Educação. Salta-nos aos olhos os termos *filosofia* e *educação* e, por consequência, e de certo modo, somos levados a considerar a sua relação. São duas áreas de saber grandiosas e que se ramificam em inúmeras especialidades, temáticas e períodos. A educação é em si uma complexa atividade humana. Segundo Arendt (2013), entre outras coisas, a educação é o processo de inserção das novas gerações no velho mundo. Já a filosofia possui uma ampla gama de definições como procuraremos mostrar abaixo e que, de certo modo, corroboram com a definição razoável, de que “filosofia é aquilo do que se ocupam os filósofos” (BOUFLEUER; NEITZEL, 2014, p. 3). A filosofia resulta do esforço humano em construir entendimentos e compreensões sobre o mundo, conceitua-lo e dar-lhe sentidos e significados. Como afirma Deleuze (1999, p. 3), filosofar é a ação de “inventar conceitos”.

Sendo assim, a Filosofia da Educação, por sua vez, é fruto da relação entre a educação e a filosofia. “Parida” da relação entre estas duas áreas, a Filosofia da Educação carrega consigo aspectos da filosofia e da educação, áreas que sob sua tutela, constituem e reforçam a relação de confluência e cumplicidade. Não se trata da sobreposição e nem de subjugação de uma pela outra, mas de uma relação que só é possível à medida que estas mantêm aspectos próprios de seu campo de origem, da filosofia e da educação. Por outro lado, nesta relação, já não podem ser tomadas como as áreas que lhe dão origem, pois estas se lançam para além das fronteiras próprias de suas naturezas. A Filosofia da Educação é fruto do processo dialético que se estabelece entre ambas. Isso nos permite entender porque a Filosofia da Educação é uma área de fronteira entre educação e filosofia, áreas que por momentos, transgridem seus limites, buscando se embrenhar para além das suas fronteiras e se encontrar nesse espaço dialético fronteiro.

Dito isso, somos compelidos por estes simples argumentos a adentrar na discussão buscando entender esse espaço de fronteira pelos seus territórios de origem e, assim, buscar argumentos que comprovem essa nossa percepção. As razões por esta busca por esclarecimentos têm sua razão de ser na afirmação de que a Filosofia da Educação se tornou elemento chave para pensar a ação pedagógica. Isso tem se mostrado nas investigações realizadas pelas diversas ciências da educação que recorrem aos seus conceitos e a ação reflexiva característica da atividade filosófica. Entre as várias razões que justificam esse argumento, podemos citar as exigências que se configuraram nas últimas décadas na educação, pela sua complexificação progressiva, ligada entre outras coisas, as mudanças nos modos de existência humana e social.

Com estes argumentos acreditamos ter sinalizado minimamente o que é a Filosofia da Educação. Mas, no correr do texto, continuaremos dissolvendo a obscuridade, apresentando mais algumas ideias. Há quem afirme que a Filosofia da Educação deva, em sua natureza, se assemelhar a uma filosofia aplicada, ocupando-se com reflexões como as antropológicas, éticas ou estéticas (DIAS DE CARVALHO, 1999, p. 66). Outros imaginam que a Filosofia da Educação deva assumir um caráter especulativo, buscando explorar teorias sobre o ser humano, a sociedade e o mundo, e assim prescrever os fins da educação, analisar a racionalidade e a coerência dos ideais educativos. Outros ainda defendem uma postura crítica, que implicaria em “abertura ontológica do homem a ele mesmo e ao ser”, permitindo que este encontre um sentido para si e sua existência, ultrapassando uma percepção imediata de si próprio, se configurando como um “ser-em-possibilidade”, dentro do contexto de possibilidades que se insere, não como um finalismo determinista (idem, p. 67).

Diante desta encruzilhada somos obrigados a nos aproximar minimamente da filosofia e de possíveis definições, e da mesma forma da educação, para, a partir delas, nos aprofundar na natureza da Filosofia da Educação e compreender possíveis contribuições desta para a educação. A filosofia poderia ser primeiramente entendida como um agregado de conceitos coerentemente organizados sobre a realidade, sob a qual se encontra um entendimento de mundo. A filosofia seria esse esforço humano de compreensão, significação, sistematização conceitual das impressões que temos, inclusive, sobre o modo como pensamos e raciocinamos. Nesse sentido, filosofar é, entre outras coisas, transitar pela produção cultural humana sistematizada e conseqüentemente se colocar em contato com os diversos modos de compreender e pensar o mundo, dos mais diversos espaços e tempos.

Mas é preciso ressaltar que a filosofia, acima de tudo, é o exercício reflexivo que os sujeitos realizam sobre os diversos modos de compreender e conhecer o mundo e a si mesmos. O entendimento filosófico, de certa forma, está além do registro das explicações construídas pelos

seres humanos e dos sentidos dados ao mundo, mas é um modo de refletir sobre o pensamento e zelar pelo lugar da racionalidade. Em relação a isso defende Habermas (2013, p. 31) que a filosofia, num contexto pós-metafísico, não pode mais ser a indicadora do lugar dos saberes e das ciências, mas sim, a guardadora da razão. Ou seja, a filosofia, pela sua postura reflexiva, mantém os homens em constante estado de alerta em relação ao pensamento, ao conhecimento, ao modo como forjam suas razões, para que não extrapolem suas afirmações, se tomem em perspectiva crítica e questionadora e, assim, reconheçam suas potencialidades e limitações.

Mas, além disso, é preciso reconhecer a que filosofia não é um saber que se constrói apartada da realidade. A filosofia desde sempre, consiste no entendimento que se movimenta sobre as circunstâncias cotidianas mais simples até as mais complexas, tendo como pano de fundo, a pretensão de libertar o ser humano de todo tipo de opressão e domínio. Em sua jornada pelo mundo, a humanidade busca respostas lógicas sobre o ser, sobre os fenômenos naturais e humanos, sobre as diversas razões que são empenhadas para dar conta das mais diversas situações e problemas, ou das próprias questões que transcendem a existência humana. Ou seja, a filosofia através de um processo crítico-reflexivo (uma visão de mundo) procura oferecer elementos que permitam ao homem se compreender, se situar e reverter esse saber para que seja possível a coexistência humana.

A filosofia também carrega o papel de buscar “desembaçar” e revelar os valores que permeiam e fundamentam os processos de decisão e coordenação de ações sociais. Assim permite a tomada da consciência por parte de seus membros e por consequência, se tomem a si mesmo e as suas ações como objetos de reflexão e aprofundamento. Em toda ação há um conjunto de princípios e valores envolvidos. Dar-se conta destes princípios e valores e de como eles operam nas mais diversas ações, é parte do processo que a filosofia pretende desencadear.

Além desses elementos, há várias outras contribuições de diversos pensadores e diferentes tempos e lugares, que buscam, a seu modo, definir o que é a filosofia. Pode-se dizer, em certa medida, que o conceito de filosofia liga-se diretamente a ação de filosofar e, assim, por vezes, se confunde com o próprio filósofo e suas reflexões¹. Com estas reflexões mínimas sobre o caráter filosófica da Filosofia da Educação, pretendemos agora nos ocupar em pensar sua relação mais especificamente com o campo da educação.

3 A FILOSOFIA

¹Silvio Gallo(2009) faz uma discussão interessante da filosofia como filosofar. Também podemos encontrar o desenvolvimento deste argumento por Gonzales Porta(2014) e Folscheid(2013).

A essa altura nos parece ser importante apresentar algumas contribuições dentre muitas para que seja possível elucidar um pouco mais o que é a filosofia ou o que os filósofos fazem. Para Aristóteles, filósofo é aquele que

[..] conhece, na medida do possível, todas as coisas, embora não possua a ciência de cada uma delas por si. Em seguida, quem consiga conhecer as coisas difíceis e que o homem não pode facilmente atingir, esse também consideramos filósofo (porque o conhecimento sensível é comum a todos, e por isso fácil e não científico). Além disto, quem conhece as causas com mais exatidão, e é mais capaz de as ensinar, é considerado em qualquer espécie de ciência como mais filósofo (ARISTÓTELES, 1984, p. 13).

Esse argumento de Aristóteles deixa muito claro o processo em que se pretende alocar o filósofo e, por consequência, a difícil e nobre tarefa de filosofar. O conhecimento filosófico não é algo evidente ou que se possa encontrar à revelia em qualquer lugar. Ele exige o esforço de debruçar-se sobre o conhecimento. É a capacidade de assombrar-se e impressionar-se com as ideias, com os conceitos, com o conhecimento nem sempre em perspectiva e visíveis a primeira mão. Vale lembrar que para Platão e Aristóteles a atividade racional tem no assombro ou admiração seu ponto de partida, sua mobilização.

O pensamento de Platão e Aristóteles alocaram a filosofia como acima dos outros saberes, justamente por que estes entendiam que a filosofia estava mais próxima de um saber mais acertado das coisas, de suas propriedades, da sua essência e assim, da verdade. Em muitos centros de pesquisa filosófica, essa perspectiva se mantém viva em certa medida, sendo que, de acordo com as diferentes concepções os filósofos podem entender a filosofia como um saber de acesso restrito e privilegiado e que, em certas situações, causa ferrenhos embates e conflitos. Querer alocar o saber resultante da atividade filosófica sobre os demais saberes hoje em dia não mais algo aconselhável e de difícil sustentação. Porém não podemos negar que a postura e a ênfase na reflexividade da atividade filosófica de pensar sobre as razões que são empenhadas em defesa e refutação de argumentos e conceitos, devem ser preservada e inspirar as demais áreas de saber.

Em Kant talvez melhor se verifica essa perspectiva, pois para o pensador não se ensina filosofia, mas ensinamos a filosofar. A filosofia tem papel importante no processo de esclarecimento das pessoas e para a marcha progressiva da humanidade em seu aperfeiçoamento. Ser esclarecido em Kant é ter a capacidade de fazer uso de seu próprio entendimento e fazer o uso público da razão. Em Kant se acentuam a característica da filosofia como um "pensar sobre o pensamento" ou como um "conhecer o conhecimento". A filosofia sob perspectiva reflexiva, do pensamento que se volta para si mesmo.

Kant(2001) faz a distinção entre *Schulbegriff* e *Weltbegriff*, sendo que o primeiro termo designa um esquema de conceitos que fundamentam algo, assinalando para um saber metódico. Já como conceito de mundo (*Weltbegriff*), Kant pretende exprimir que a filosofia é um saber sobre aquilo que diz respeito e interessa a todos, ou seja, o *Weltbegriff* é a “ciência dos fins últimos da razão humana”.

Da mesma forma ainda, com vistas e essa concepção kantiana, podemos dizer que quem se ocupa com a filosofia é alguém que sabe viver, e por isso sabe aconselhar e dar orientações aos outros, porque pressupõe-se que saiba o que é o Bem. O que Kant tem em vista aqui como tema da filosofia é algo que pode ser também descrito, no jargão atual, como a questão acerca do sentido da vida. Com a expressão “o sentido da vida” se quer dizer aproximadamente também o que podemos descrever como o seu fim ou finalidade (*Zweck*).

Kant tomará como pano de fundo o ideal iluminista de perfeição do homem. Para este a educação então deve levar as gerações a serem mais perfeitas do que as que a antecedem. A ideia de progresso está implícita nessa concepção. A perfectibilidade do homem somente pode ser almejada na educação. Sendo que está me permite libertar o pensamento através de uma ordem estabelecida.

Segundo Tungenhat (1996), com isso Kant quer demonstrar que intrínseco ao entendimento do que é a filosofia está a concepção de alguém que sabe viver bem. Sabendo viver bem, pressupõe-se que seja alguém que saiba o que é bom. Essa pessoa é capaz de aconselhar corretamente, resgatando assim explicitamente o termo grego “sophia”.

4 DA FILOSOFIA À EDUCAÇÃO

Apresentados esses poucos argumentos, passíveis de melhoramento, queremos reforçar a ideia de que a filosofia, entre outras coisas, se apresenta para si, e por consequência para as outras áreas, como a guardadora da razão (HABERMAS, 2013). Assim, ela assume a função crítica de contribuir, no caso da educação, como vigilância epistêmica, contribuindo para com a educação através do modo de se posicionar reflexivamente diante dos fenômenos, a partir de toda uma tradição de pensamento e reflexão. Cabe agora nos aproximar de alguns temas, conceitos e problemas que em muitas situações são objeto da reflexão filosófica, mas que dizem respeito ação pedagógica, portanto, também tema da Filosofia da Educação.

Dias de Carvalho (1999, p. 59) considera alguns conceitos filosóficos-antropológicos centrais nas discussões da Filosofia da Educação. Conceitos como de “educabilidade, perfectibilidade e defectibilidade”. A *educabilidade* remete aos conceitos de *plasticidade* e de *maleabilidade* como condições de possibilidade da *perfectibilidade* do ser humano. Estes podem se apresentar (1) como “apetência ou predisposição intencional para a educação” ou como (2) uma “necessidade decorrente do carácter inconcluso do homem enquanto ser natural” (*defectibilidade*) em dimensões biológicas, psicológicas ou psicogenéticas (Idem, p. 60).

Carvalho (1999, p. 68) chama a atenção para que não se tome a filosofia por aquilo que ela se ocupa na educação. Seria incorrer em equívocos como os da razão instrumental e do cientificismo. “Eis a essência do pensar filosófico: desafiar a história sem a negarmos, também sem apenas se limitar a dar-nos o passado, o presente ou, inclusive, o futuro possível dentro dos condicionalismos da história” (Idem, p. 70).

Nesse sentido se torna central o conceito de *professor filósofo* que, segundo Perissé, “fala e escreve pensando em como desencadear (abrir os nossos cadeados...), mediante livros e artigos, mediante suas aulas e palestras, num processo de epifanias, de aprendizagem.” (2008, p. 11). Epifania como a sensação de profunda realização em compreender a essência das coisas ou das pessoas, isto é, poder sentir-se mais próximo de uma solução daquilo que nos atormentava.

Para Perissé, o filósofo que se ocupa com a educação ou da Filosofia da Educação, deve ser “implacável” sem deixar de ser razoável, lógico, sendo um questionador que busca ir a fundo sobre “o que é educar, por que educar, para quê educar” (2008, p. 10). O filósofo, ao pensar em questões educacionais é desejoso de “encontrar ressonância: ouvidos e mentes que o entendam” (Idem, p. 11).

Com esses argumentos de Dias de Carvalho e Perissé já estamos mais próximos da tarefa da Filosofia da Educação e, portanto, de sua especificidade. Torna-se necessário estreitar os argumentos em torno da natureza da Filosofia da Educação. Para Flickinger, a especificidade da Filosofia da Educação e sua relação com as teorias educacionais só é compreensível à medida que compreendemos “a função da reflexão filosófica” (2004, p. 199). Isso implica em não meramente refletir sobre problemas filosóficos, mas implica em levar “uma postura filosófica para dentro do trabalho educacional” (Idem). Somente diante desta postura, a Filosofia da Educação não se torna um instrumento de resolução de problemas, mas leva à tomada da consciência da “necessidade de uma postura refletida” (Idem).

Ao defender a postura refletida não pretendemos alçar a Filosofia da Educação para fora da discussão educacional, como uma área apartada, mas pensar a mesma assumindo a função de “providenciar as ferramentas intelectuais capazes de quebrar o domínio de uma racionalidade meramente instrumental.” (Idem, p. 200). Assim ela não pode assumir uma função arbitrária e prescritiva, mas permitir que os próprios personagens dos processos educacionais se percebam e percebam as relações e circunstâncias em que estão imersos.

A postura refletida na filosofia então “cumprir a tarefa de esclarecer o pensamento sobre si mesmo” (Idem, p. 201), que associada à educação, implica em assumir a postura refletida da educação sobre si mesma. A reflexão é o movimento pelo qual algo se experimenta no mundo objetivo e retorna a si mesmo. Ou seja, a Filosofia da Educação pretende levar à educação essa postura que é mais própria da filosofia e se “debruçar sobre si mesma a fim de expor o procedimento do pensar enquanto tal” (Idem).

A educação é a quintessência do fazer humano. Ela não encontra seu fim em si mesma, mas é o fazer humano pelo qual acolhemos as novas gerações e lhe apresentamos o velho mundo. Em outros termos, a educação pretende oportunizar as novas gerações o acesso à produção cultural humana como possibilidade de se constituírem como sujeitos e, assim, conseqüentemente, se inserirem neste mundo, desde sempre em construção. A filosofia contribui com essa tarefa como a reflexão sobre o que está na base do “como” e desse “que fazer” pelo qual se realiza esse processo.

Em todos os tempos e em todas as teorias, se mantém em aberto a discussão sobre a educação, é a crença na possibilidade de educar o sujeito ou da educabilidade. Ou seja, em alguns momentos mais, em outros menos, cremos que seja possível educar as pessoas para determinados fins, por percursos que não se dão pelas vias da existência espontânea e natural do sujeito. Carece acelerar e direcionar o processo de formação dos sujeitos. Assim surgem, por consequência, a escola, os sistemas educacionais, currículos, etc. Ou seja, depende de quanto imaginamos que seja maleável a pessoa em relação à capacidade de aprender. A maleabilidade é o “veículo da perfectibilidade” (DIAS DE CARVALHO, 1999, p. 71).

Esta característica humana permite que se sustente a educabilidade pela possibilidade de tomar as pessoas como fins da ação educacional. Os seres humanos são maleáveis, e, portanto, em transformação, em construção. Ao mesmo tempo, porém, busca alcançar a perfeição, mas, pelo malear de um projeto conduzido nessa direção, ele jamais pode alcançar a perfeição, o que de certa forma implicaria no fim de qualquer projeto educacional.

Esse pressuposto da ação educacional foi profundamente importunado pela perspectiva cientificista que predominou, na filosofia e na educação, durante longos períodos. O cientificismo fomentou um certo niilismo moral em relação as ações educativas, defendendo com base em uma razão cientificista, a necessidade de “estágios mais elevados de uma neutralidade axiológica global, possível e desejável” (Idem, p. 72). Somente em tempos recentemente que passou a se reconhecer como importante, entre os pressupostos educacionais, as discussões axiológicas, que expuseram a liberdade² dos sujeitos e sua consequente responsabilidade.

A partir destas simples considerações podemos afirmar que na ação pedagógica, é evidente, há muitas coisas em jogo, muitas riquezas e muitos riscos. Mas concordamos com Beufleuer & Fensterseifer (2010) ao defenderem a docência como elemento nuclear dos processos de ensino e aprendizagem formais. Esta, tida pelos pensadores como fundamental para que se possa alimentar a esperança de uma formação emancipadora.

5 FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

A educação é uma relação de *cumplicidade e testemunho*. Relacionar-se com o saber não é tão somente ter sistematizado ou apresentado saberes, mais do que isso, é atentar para a condição do professor em “constituir-se como sujeito inserido na cultura, como quem tem uma intimidade e cumplicidade com ela” (BOUFLEUER; FENSTERSEIFER, 2010, p. 261). Somente a partir desta íntima relação com o saber cultural o professor pode se apresentar como representante do mesmo e das gerações que nos antecederam, o que em última instância significa dar seu testemunho deste saber.

A docência é esse testemunho, essa cumplicidade que põem os outros a pensar. Pois, não aprendemos “de outros”, mas “por causa” dos outros. Não se trata de repasse das percepções ou transmissão das mesmas, mas se trata da mobilização que o docente pode causar em seus aprendizes ao testemunhar o saber. Por outro lado, ninguém pode realizar o processo de aprender pelo outro. É preciso que o sujeito se mobilize. “O outro pode ser a “causa” de minha aprendizagem, mas não sem o meu ‘comparecimento’, sem o meu engajamento, sem a minha cumplicidade” (BOUFLEUER; FENSTERSEIFER, 2010, p. 264). Tanto professor quanto aluno precisam ser cúmplices nos processos de aprendizagem.

²A liberdade para a educação consiste em um pressuposto fundamental para a coexistência humana. Implica em tomar ciência dos pressupostos/condições da existência humana e da própria existência, tomar ela nas mãos e buscar o caminho de modo autônomo.

Com base no que foi exposto acima, poderíamos reter que a filosofia tem a missão de levar para dentro da ação educacional uma postura reflexiva, permitindo às pessoas engajadas nas causas educacionais, se constituírem em uma “postura crítica” em relação a si mesmas e em relação aos processos educacionais. Podemos dizer, com certa tranquilidade, que os elementos acima são um conjunto de argumentos esparsos sobre a filosofia, mas pretendem ser uma porta de acesso ao saber filosófico e ao espírito daquilo que seja o filosofar.

Quanto à educação, sabemos: esta é permeada pelas mais diversas discussões de diversos campos epistêmicos e que compõe as chamadas ciências da educação. Essa pluralidade epistemológica em muitas situações é problemática, ao pretender estabelecer a supremacia e sobreposição de alguma das ciências sobre as demais³. Aqui podemos localizar a Filosofia da Educação e sua possível contribuição, considerando o exposto acima. Ela pode contribuir neste embate à medida que possibilita as ciências da educação tomar-se como objeto e refletir sobre suas limitações e alcances (FLICKINGER, 2004, p. 203).

Como afirmamos acima, com base em Habermas, de que a filosofia não pode mais assumir o papel de indicadora, mas guardião da racionalidade, da mesma forma, a Filosofia da Educação não poderia sustentar a pretensão de ser prescritiva. Se assim proceder, se aproximaria de uma mera epistemologia, correndo o risco de um cientificismo e conseqüente reducionismo. Afirmar essa perspectiva para a Filosofia da Educação é justamente assumir uma postura que perpassa a tradição da filosofia, de criticidade e rebeldia.

Já indicamos aqui alguns elementos de como a filosofia se envereda pela educação. É oportuno ainda dirigir algumas reflexões à educação. Segundo Flickinger, a medida que é possibilitado à educação compreender, por exemplo, as “implicações e determinismos do perfil profissional do educador” (2004, p. 200), amplia-se a condição para que este possa se constituir como sujeito autônomo e consciente. É evidente que isso se choca com uma pluralidade de perspectivas teóricas que permeiam a pesquisa educacional de perspectivas restritas e matrizes epistemológicas diversas, com “lógicas à prática educacional” fragmentadas, implicando em “perigo da prescrição de princípios” frente a defesa da “máxima abertura em relação aos caminhos de aprendizagem e formação pessoal” (Idem).

A postura reflexiva legitima-se diante da pluralidade de perspectivas epistemológicas à medida que permite as pessoas, sujeitos da ação educacional, um “olhar distante em relação a si

³Para ver mais sobre esse embate entre as diversas áreas epistemológicas, sugerimos as discussões de Gatti (2006) e Charlot (2006).

mesmo”, da capacidade de correr o risco de “pôr em cheque os próprios pressupostos” e permitir a pessoa “deixar se irritar, de modo produtivo” pelas mais diversas perspectivas (Idem, p. 202). A postura crítica da Filosofia da Educação não pode encerrar-se em si mesma e correr o risco da contradição, transformando-se assim em uma mera atitude negadora, mas pelo processo dialético pode esclarecer e se esclarecer (Idem).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproveitamos este espaço do texto para ressaltar, embora seja evidente ao leitor atento, que as reflexões acerca das relações entre Filosofia e Educação aqui expostas, carecem de aprofundamento e atenção. Nosso desejo nesse ensaio foi trazer à baila esse assunto com o intuito de problematizar a ideia que defendemos, qual seja: a manutenção da especificidade da Filosofia da Educação. A singularidade é necessária ao diálogo. Só há diálogo quando há duas ou mais singularidades. Quando se implode as fronteiras da singularidade implode-se junto o diálogo, e por consequência o conhecimento em seus diferentes níveis. A filosofia e a educação têm pontos em comum e se tocam em certas temáticas, como o da “natureza da educação”, mas estas devem ser tomadas separadas em seus enfoques e em sua natureza.

Se o humanismo é o projeto de realização do homem (em sentido amplo, de libertação) através da pessoa - como pretendia o iluminismo - a educação é o projeto de realização da *pessoa - personação*, do indivíduo e suas relações-. Ou seja, é “clara a tendência para se valorizar a *pessoa* enquanto centro de iniciativas, quer esta sejam de índole racional, quer sejam emotivas” (DIAS DE CARVALHO, 1999, p. 74).

Apesar desta postura questionadora e em muitas situações de negação da ordem dada, a Filosofia da Educação pretende garantir “espaço para o mútuo reconhecimento de horizontes questionadores” e a abertura para as mais diversas concepções epistemológicas (FLICKINGER, 2004, p. 205).

A Filosofia da Educação tem o mérito de “pôr em confronto a educação com suas próprias origens”, não se restringindo aos saberes teóricos e práticos, mas, acima de tudo, por fomentar a formação dos sujeitos no “intercambio vital” com o outro no mundo da vida (Idem, p. 205–206).

A questão que nos resta é refletir sobre a natureza da pedagogia nesta perspectiva ou qual seria esse processo formativo que entre outras coisas, permita ao educador assumir uma postura reflexiva, sem se prender a uma perspectiva epistemológica e a uma ética prescritiva. Flickinger

indica uma possível saída para a questão na obra *A caminho de uma pedagogia hermenêutica*. Esta possui como pano de fundo o pensamento de Gadamer, na qual a “linguagem e o diálogo, [são] os meios por excelência que possibilitam a experiência hermenêutica, e pressupõem naturalmente a disposição de ouvir o outro” (2010, p. 1). Ou seja, o que Flickinger defende é o “caminho do diálogo vivo para chegar à verdade” (Idem, p. 2), posicionamento que se defronta com as pretensões de objetividade científica para uma área de saber por excelência plural e dinâmica como é a educação. Filiar-se a uma perspectiva hermenêutica implica em reconhecer a historicidade do nosso saber, seu carácter provisório e dinâmico.

O que se pode perceber com isso é que a hermenêutica como caminho pedagógico, consiste em um processo formativo que fornece a capacidade do sujeito ouvir a si mesmo e aos outros e assim, olhar para a historicidade, sua e da humanidade, para dali abstrair verdades sempre provisórias. Assim, professor e aluno tem a “difícil missão de levar o outro a sério, de entregar-se à sua forma de ver o mundo e a acompanhar seu modo de pensar e de agir” (Idem, p. 4).

Finalizando, gostaríamos de apresentar um último argumento de Flickinger e deixar uma questão em aberto. Para ele, no momento que a pedagogia assumir uma postura refletida e compreender os pressupostos subjacentes a ação pedagógica, a Filosofia da Educação “teria, enfim, atingido seu objetivo mais importante, tornando-se, a partir daí, algo supérfluo no currículo da formação profissional” (2004, p. 206). A questão é: será que isso em algum momento da formação inicial e continuada dos educadores poderá vir a se tornar fato ou ficará pairando como uma utopia?

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. A crise na Educação. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa De Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 221–246.

ARISTÓTELES. *Metafísica: livro I e II*. Tradução Vincenzo Cocco; Joaquim De Carvalho. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. *Ensinar Filosofia: um livro para professores*. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BOUFLEUER, José Pedro; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. A re-configuração da dialética pedagógica com vistas a uma formação emancipadora. *Currículo sem Fronteiras*, v. 10, n. 2, p. 259–267, 2010. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/CurriculosemFronteiras/2010/vol10/no2/19.pdf>>.

BOUFLEUER, José Pedro; NEITZEL, Odair. O ensino da filosofia: um possível modo de situá-lo no currículo da educação básica. *X ANPESUL/UDESC*, 2014. Disponível em:

<http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/579-0.pdf>.

CENCI, Angelo V. *Reconhecimento e intersubjetividade: elementos para uma antropologia filosófica a partir de Hegel*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos , políticas e práticas : especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p. 7–18, 2006.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Pesquisa educacional e experiência humana na perspectiva hermenêutica. *Caderno de Pesquisa*, v. 44, n. 154, p. 1028–1051, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/198053142820>>.

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. 1999.

DIAS DE CARVALHO, Adalberto. O estatuto da filosofia da educação: especificidades e perplexidades. *Revista da Faculdade de Letras e História*, v. 15-16, n. II, p. 59–94, 1999.

FLICKINGER, Hans-Georg. *A caminho de uma pedagogia hermenêutica*. Campinas: Autores Associados, 2010.

FLICKINGER, Hans-Georg. Para que filosofia da educação? 11 teses. *Sobre filosofia e educação: subjetividade e intersubjetividade na fundamentação da práxis pedagógica*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004. p. 199–206.

FOLSCHEID, Wunenburger Jean-Jacques Dominique. *Metodologia filosófica*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do Sujeito*. Tradução Márcio Alves Da Fonseca; Salma annus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação : desafios. *RBPAE*, v. 28, n. 1, p. 13–34, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução Guido Antônio De Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

HUSSERL, Edmund. *A Ideia da Fenomenologia*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução Manuela Pinto dos Santos; Alexandre Fradique Morujão. 5^a. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PERISSÉ, Gabriel. *Introdução à filosofia da educação*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

PORTA, Mario Ariel Gonzáles. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

TUGENDHAT, Ernst. O que é filosofia? In: DIAS, M. C. (Org.). . *O que é filosofia*. Ouro Preto: IFAC/UFOP, 1996. p. 7–33.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo:

Editora Nova Cultura, 1999. (Coleção Pensadores).